



3ª

Antologia literária
comemorativa
ao **6º Aniversário**
da Academia
de Letras dos
Militares Estaduais
do Paraná



UNINTER 

Em algum lugar do passado: memórias de um Comandante de OPM

Jorge Cesar de Assis*

“Qualquer semelhança pode ou não ter sido mera coincidência ...”

Conta-se que, no início da última década do século XX, o capitão (*que já fora bicho espichado do Guatupê*) fora transferido da capital do Estado diretamente para uma cidade com nome de santo localizada no sudoeste do Estado, distante quase 570 km uma da outra, para comandar uma Companhia PM isolada.

Por aqueles tempos, a população da cidade com nome de santo era 17.255 habitantes (*segundo o IBGE*), fazendo fronteira seca com a Argentina, irmanada com cidade do mesmo nome**. A jurisdição da Companhia PM abrangia, à época, 10 municípios, sob a jurisdição de 4 Comarcas, uma delas em município divisa com o Estado de Santa Catarina.

Foi na cidade com nome de santo que o capitão pôde conhecer de perto outro município, com nome de equipamento de surfista (*e também de uso de cabelereiros*) no diminutivo. Lembrou o capitão – e sorriu, que aquela cidadezinha, distante 5 km da sede da Companhia (*Cia*) e, portanto, sob sua responsabilidade, era constantemente lembrada por alguns instrutores no curso de formação de oficiais, a título de *blague*, e com um certo ar ameaçador (*mas nem tanto*), alertando os alunos sobre a possibilidade de uma eventual transferência forçada futura:

* Membro correspondente da Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná (ALMEPAR).

** Naquela época, ao adentrar-se na Argentina, dois cartazes chamavam a atenção: o primeiro demonstrava o sentimento nacionalista de um povo com a frase “*Las Malvinas son argentinas*”; o segundo parecia um triste desabafo, “*San Antonio, donde casi nadie llega*”.

“isso, continue assim que você vai parar em ita”, ocasião em que todos riam descontraídos. E agora, lá estava ele, quem diria, rrsrsrs.

O conturbado período eleitoral municipal

Ele chegou em meados de agosto, com a Família, e o clima na cidade com nome de santo era efervescente, pré-eleitoral, com a situação e a oposição se digladiando a toda hora, em uma polarização que inclusive se refletia nas autoridades constituídas, as quais, em que pese não participarem daquela disputa, tinham, cada qual a seu modo, o dever de manter a segurança do pleito.

Veio o resultado da eleição e o candidato da situação (*que era do partido do governo do estado*) perdeu, o “disse me disse” ameaçador (*que hoje seriam fake news*) corria a solta, e o capitão teria ali, ao início de seu comando, uma situação bem grave para enfrentar. Quando o candidato derrotado voltava para a cidade com nome de santo após a decisão final do Tribunal Regional Eleitoral, teve um mal súbito e faleceu na estrada. Foi à gota d’água. Partidários se reuniram em frente ao Fórum, ameaças de invasão, inconformismo que a Polícia Militar controlou sem que houvesse excessos, além dos verbais, naquele momento, é bom que se diga.

Naquele tempo, em municípios pequenos, a influência política era grande e o novo Comandante pôde perceber isso no momento da divulgação do resultado do pleito no Fórum, quando outro candidato eleito de um município vizinho (*que tinha nome de extenso conglomerado de pinheiros, cerca de 3.000 habitantes e tinha sido Distrito da cidade com nome de santo*), aproximou-se do capitão e todo faceiro lhe disse: “Capitão, a partir de 1º de janeiro (do ano seguinte) eu não quero mais o soldado X na minha cidade, ele é meu adversário político”. O capitão, de forma educada, mas firme, respondeu que até onde ele sabia a Polícia Militar era estadual, não municipal e, da mesma forma,

o soldado X era um bom soldado, tinha Família e residência no recém-emancipado município, portanto não havia motivo para recolhê-lo (*trazer para a sede da Cia*). Iniciou-se ali um cabo de guerra entre o Prefeito e o Comandante, houve até a interferência do Comando do Batalhão para que o impasse se resolvesse logo, mas o capitão mantinha-se irredutível, afirmando que não havia motivo para recolher o soldado só porque o Prefeito queria; não iria fazer aquilo, e não fez, já que nunca aceitou interferência política na sua esfera de atribuições. Ele lamentou quando o soldado acabou sendo recolhido por ordem direta do Batalhão, ordem que o comandante tinha de acatar, mas se ao Prefeito parecia que ganhara, com certeza não fora o capitão quem perdera, contudo, a vida seguiu em frente.

Pois bem, mas voltando ao período agora pós-eleitoral e à comoção dele decorrente, chegaram a sugerir que o Juiz de Direito se ausentasse da cidade por questões de segurança, mas o magistrado, que era resoluto no exercício da magistratura, em uma reunião em que participaram ainda o Delegado de Polícia e o Promotor de Justiça, informou que não iria sair de sua Comarca, tendo o capitão lhe assegurado que a PM estava ao seu lado e cumpriria e faria cumprir a lei.

O clima continuou tenso, mas sob controle. Ante informações que existiam no sentido de que pessoas estavam determinadas a impedir a diplomação e a posse do novo Prefeito, o Comandante mantinha constante contato com a imprensa, manifestando-se inclusive na Rádio local, deixando bem claro que a Polícia Militar não iria permitir nenhuma ação nesse sentido, e a diplomação correu sem incidentes.

A aparente tranquilidade iria cessar quando passado um certo tempo, mas antes da posse, em uma noite sinistra, colocaram uma bomba caseira na casa do magistrado, onde ele morava com a esposa e os filhos. A bomba, preparada em um extintor de incêndio, explodiu na frente da casa, que teve todos os vidros da frente estilhaçados. Era um sobrado, os quartos dos filhos do magistrado ficavam de frente

para a rua, sendo que, no momento da explosão, eles assistiam à televisão com os pais nos fundos da casa, motivo pelo qual não foram atingidos por esse ato covarde e abominável.

Ainda faltava um tempo para a posse do Prefeito eleito, mas a PM, envidando todos os esforços possíveis, logrou apurar quem preparou a bomba e quem executou o ato covarde, e alguns foram presos e colocados à disposição da Justiça. Naquele momento, não se chegou aos mandantes, mas com certeza eles existiam. Houve quem reclamasse do imediato aumento de rigor na preservação da ordem pública (*operações policiais contínuas, fiscalização em geral, cumprimentos de mandados de busca e apreensão etc.*), mas ela foi necessária, a própria democracia estava em perigo – e a ação da PM embora não agradasse a alguns (*mas agradava as pessoas de bem*) nunca foi contestada na forma da lei*.

Quando se diz que a PM envidou todos os esforços possíveis, é porque, por aqueles tempos, a estrutura das Delegacias de Polícia era deficitária. Nas pequenas cidades, ante a ausência de Delegado de carreira existia a figura do delegado indicado, chamado de “*delegado calça curta*” **, nomeado por indicação política e quase sempre sem o conhecimento necessário para a função ou mesmo sem qualquer conhecimento. As lacunas não eram só de delegados, mas também de escrivães de carreira e agentes; na cidade de nome de santo, por exemplo, o escrivão era um soldado cedido pelo Comando da Cia, assim como a guarda da cadeia.

* Trinta anos depois, em uma escalada elevada ao máximo, a Capital da República iria presenciar o maior ataque aos poderes constituídos, por conta exatamente do inconformismo com a derrota nas eleições.

** DELEGADOS ‘calça-curta’ serão substituídos. *Folha de Londrina*, 8 maio 2003. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/delegados-calca-curta-serao-substituidos-445658.html?d=1>>. Acesso em: 1º ago. 2024.

Tendo sido feito um aparato reforçado na segurança, com efetivo de outros municípios, a posse do novo Prefeito transcorreu sem incidentes, e passados os primeiros meses efervescentes, um novo momento, profícuo no relacionamento com a comunidade e com as novas administrações municipais da área da Companhia (Cia) em geral se iniciou.

O Programa PM Mirim

A primeira faceta positiva a se destacar foi à chegada de um tenente (*cujos nome é o mesmo do almirante herói da Marinha Britânica famoso por suas intervenções nas guerras napoleônicas*) para ser subcomandante da Companhia. Esse oficial, leal, amigo, disciplinado e disciplinador, foi de grande valia para as atividades da Polícia Militar na região. Com isso, foi possível criar na cidade com nome de santo o Programa PM Mirim, destinado à recepção de crianças no quartel para ter instrução sobre civismo, legislação de trânsito e instrução militar. No aspecto atinente ao trânsito, as crianças eram orientadas sobre suas regras, acompanhavam os PMs em instruções coordenadas de fiscalização de veículos em vias públicas, identificavam e emitiam avisos de infrações etc. Por esses avisos, os condutores eram orientados a comparecer no quartel e regularizar o que fosse necessário e, no caso de inobservância, eram multados. As crianças também operavam o sistema de comunicação via rádio entre a Central e as viaturas em patrulhamento (*que era bem simples naquela época*). A Cia chegou a ter 80 crianças entre 8 e 12 anos, com acompanhamento do Conselho Tutelar, do Ministério Público e do Juiz de Direito. Esse programa foi facilitado pelo fato de o capitão ser, na época, capacitador das regras do Estatuto da Criança e do Adolescente, condição que trazia desde antes de sua chegada à Cia, e que o permitia, em parceria com a Prefeitura, organizar e promover o *1º Encontro Sudoestino dos Direitos*

da Criança e do Adolescente, com a efetiva participação de autoridades do Ministério Público, do Poder Judiciário, de Assistentes Sociais etc.

O programa era desenvolvido em parceria com a Prefeitura, que cedia o uniforme das crianças, que era azul, ostentando dois brasões, da Prefeitura e da PM. A Polícia Militar cedia às boinas pretas e, claro, a filha do comandante, de nove anos, usava o mesmo uniforme da Corporação e era a Guarda Bandeira (*carregava o Estandarte Nacional nas solenidades*), mas, afora essa pequena distinção, o tratamento era igual para todos: aprendiam a marchar, cantar os principais hinos e, nos horários de folga, brincavam sob a orientação de monitores no pátio do quartel. Aliás, por aquele tempo, a sede da Cia parecia um daqueles quartéis dos filmes clássicos americanos, instalações de madeira, pintura de cor clara, localizado em um bairro residencial e permanentemente aberto ao público. Também faziam exercícios de campo durante um dia inteiro, ocasião em que o cozinheiro da Cia preparava uma bela refeição, que contava sempre com a participação do comércio da cidade, fornecendo alimentos, água e refrigerantes para a ocasião.

Os integrantes da PM Mirim aprenderam e realizaram exercícios físicos tipicamente militares, como o *comando crow*, que é uma técnica de transposição de cordas que pode ser usada para desenvolver o físico. Para fazer o *comando crow*, é necessária uma corda de comprimento razoável e dois pontos fixos, como árvores, para atar e esticar. As crianças também podiam participar devidamente acompanhadas e auxiliadas pelos monitores da PM.

A PM Mirim teve uma participação ativa no cenário cívico da cidade. O município com nome de santo era de natureza não tributário*

* Nos termos do art. 28 do Decreto n. 57.654, de 20.01.1966 (*Regulamenta a lei do Serviço Militar (Lei n. 4.375, de 17 de agosto de 1964)*), município não tributário é o município considerado pelo Plano Geral de Convocação anual como não contribuinte à convocação para o Serviço Militar inicial.

e, dessa forma, anualmente havia uma cerimônia de entrega de Certificados de Dispensa de Incorporação (CDI) aos jovens que estavam dispensados do serviço militar oficial. Essa cerimônia era feita na Praça principal da Cidade, e a PM Mirim participava, devidamente uniformizada e comandada por um policial militar, dando àquele evento a dignidade necessária, além de contar com a presença do Delegado do Serviço Militar, representantes da Prefeitura e o público em geral.

A PM Mirim também se fazia presente no 7 de setembro, abrindo o Desfile municipal, uniformizada, trazendo o Estandarte Nacional, devidamente comandada pelo tenente e pelo subcomandante. Nas datas caras à Corporação, como o dia de Tiradentes*, o dia do Patrono** e o 10 de agosto***, a PM Mirim participava dos atos alusivos, fosse em praça pública, fosse no quartel da Companhia.

Do relacionamento salutar com as autoridades argentinas

Por ser uma fronteira seca entra as duas cidades com o mesmo nome, do lado argentino existia um quartel da Gendarmeria e um Posto da *Policía*, que é federal.

Por aqueles tempos, havia um relacionamento salutar da companhia com as duas instituições, com seus comandantes e chefes participando reciprocamente dos eventos comemorativos de um e outro país.

Esse relacionamento salutar foi incrementado por uma medida extremamente simpática tomada pelo capitão. Ele pediu aos colegas argentinos a letra do Hino Nacional deles, tendo, então, decorado a letra juntamente com sua filha de 9 anos, que passou a acompanhá-lo

* 21 de abril.

** 17 de maio.

*** Data da criação da Polícia Militar, em 1854.

algumas vezes em solenidades cívicas no país vizinho, ocasião em que, em sinal de respeito, o capitão, com seu uniforme da Polícia Militar, junto com a criança, entoava o Hino em posição de sentido: “*Oíd, mortales, el grito sagrado ¡Libertad! ¡Libertad! ¡Libertad! / Oíd el ruido de rotas cadenas / Ved en trono a la noble igualdad / Ya su trono dignísimo abrieron / Las Provincias Unidas del Su / Y los libres del mundo responden / ¡Al gran pueblo argentino, salud! [...]*”

Essa demonstração de respeito e camaradagem reforçava o relacionamento profissional e amigo entre as instituições militares e policiais de países distintos.

Pequenos embates ao longo do caminho e a reafirmação da autoridade do comando

Sabe-se que embates entre autoridades acontecem frequentemente, mas devem ser resolvidos centrados no diálogo entre os discordantes – e sempre com base na lei que deve reger a todos.

A primeira reação da comunidade – ou de alguns de seus representantes – iria ocorrer com o aumento do rigor na fiscalização do policiamento de trânsito, papel deveras importante que coube ao tenente subcomandante.

Sabia-se que até então era comum menores de idade serem flagrados dirigindo, ou mesmo maiores sem habilitação ou sem os documentos necessários. Acordaram capitão e tenente que as “*blitz*”^{*} de trânsito iriam ocorrer com maior intensidade (*ou seja, fora do patrulhamento ordinário*) nas noites de sexta-feira. Eventuais motoristas flagrados em situação irregular seriam autuados e, se fosse o caso, o veículo

* “o vocabulário da Academia Brasileira de Letras indica que ‘blitz’ é uma palavra de dois números. Terminando com ‘z’, é singular e plural” (NETO, Pasquale Cipro. Qual o plural de ‘blitz’? CBN, 17 fev. 2020. Disponível em: <<https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/291696/qual-o-plural-de-blitz.htm>>. Acesso em: 1º ago. 2024.).

seria apreendido e liberado somente após o pagamento da multa a partir da segunda-feira.

O capitão morava em uma casa de frente para a avenida, o terreno tinha certa elevação em relação à rua onde ficava o portão, sempre trancado durante a noite com uma corrente. Segundo se conta, era engraçado o que ocorria na manhã de sábado, o capitão levantava-se e, ao sair da casa, havia sempre algumas pessoas no portão, os donos dos veículos apreendidos na véspera, todos tentando obter uma liberação, que, é claro, não ocorria, senão depois de pagar no banco a multa devida a partir da segunda-feira.

Em uma dessas blitz, fora apreendido o veículo de uma parente próxima do Prefeito, sabem de onde? Da cidadezinha que servia de ameaça no Guatupê e, é claro, na segunda-feira, o alcaide telefonou ao comandante indignado, ocasião em que disse que não esperava aquela atitude porque a Polícia Militar devia combustível para a Prefeitura. O comandante, surpreso, disse que desconhecia qualquer situação nesse sentido e que se a PM realmente devesse para a Prefeitura, que fosse entregue na Cia um documento demonstrativo da dívida, a fim de que ele pudesse entrar em contato com os canais superiores para resolver a questão.

Acontece que o Prefeito não entregou nenhum comprovante, razão pela qual o Comandante, entendendo que havia sido feito uma referência desabonadora à Corporação, tomou uma providência ao que se sabe inédita, pedir explicações em juízo àquela autoridade municipal*. Logo em seguida ao pedido ser protocolado em Juízo por Advogado e após ter sido intimado, o Prefeito, preocupado, telefonou ao comandante, dizendo-se chateado com a medida e que havia se enganado, não havendo dívida nenhuma da PM com a Prefeitura, ao que o capitão

* O pedido de explicações em juízo é um instrumento do processo penal utilizado para combater crimes contra a honra, como calúnia, difamação e injúria, sendo uma medida cautelar preparatória.

respondeu que bastava que ele respondesse dessa forma ao Juízo, o que ele fez. A resposta foi dada por satisfatória e a vida retomou seu curso sem maiores consequências.

Um outro pedido de explicações do capitão foi feito, agora em face da representante do Ministério Público e do Escrivão do Fórum de Comarca vizinha, localizada no município com nome de abrigo de grandes dimensões. É que o Juiz da Comarca do município com nome de santo, com quem o capitão mantinha um bom relacionamento profissional e de respeito mútuo, foi o substituir na comarca vizinha ante a ausência de seu titular. Nessa comarca, localizada no município com nome de abrigo de grandes dimensões, existia um processo penal em andamento no qual havia ocorrido a apreensão de um aparelho *facsimile** de um contraventor, sendo que, por autorização judicial, é bom que se diga, foi autorizado que aquele aparelho ficasse depositado na sede da Companhia para uso da Polícia Militar, o que foi feito e acautelado dessa forma.

Ao retorno do magistrado titular daquela Comarca, algum tempo depois, o Comandante recebeu uma nova ordem judicial para efetuar a devolução daquele aparelho em cartório, já que, segundo se soube, havia informações do Ministério Público de uso indevido do aparelho. O capitão determinou a entrega do aparelho em juízo, mas inicialmente peticionou ao magistrado no sentido de que fosse fornecido

* **Fax, faxe, telefax** (abreviaturas do termo latino *facsimile e telefacsimile*) ou **telecópia** é uma tecnologia das telecomunicações usada para a transferência remota de documentos através da rede telefônica. [...] Em 1949, a Muirhead instalou o primeiro sistema de *fax* no Japão. E no ano 1973, este começou a ser produzido em grande escala. [...] Com a popularização da Internet nos anos 2000, surge um novo serviço no meio das telecomunicações: o *fax* pela internet, também chamado de *Internet Fax*, ou ainda, *Fax to Mail*. O serviço funcionava através de um servidor de *fax*, um *software* que permite o envio de *fax* a partir do computador via conexão na Internet. Com a popularização dos *scanners*, no entanto, o Internet Fax foi perdendo sua utilidade, já que aqueles permitem a digitalização das imagens e o envio por *e-mail* em conexões banda larga, muito mais rápidas e confiáveis que a conexão discada dos *faxes*. (WIKIPÉDIA. Fax. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Fax>>. Acesso em: 1º ago. 2024.)

cópia do parecer do MP e, tendo este sido deferido, pôde constatar, surpreso, que havia a afirmação na peça ministerial que o aparelho estava indevidamente instalado na residência do capitão, e não na sede da Companhia, o que seria um fato grave, mas não era verdadeiro. Em decorrência disso, o comandante, novamente representado por Advogado, entrou com outro pedido de explicações em juízo, a fim de que a representante do Ministério Público e o Escrivão citado por ela explicassem de onde teria vindo à informação, que não era verdadeira, que imputava uma atitude reprovável sobre o uso do aparelho depositado na sede da OPM. Prestadas as devidas explicações pelos dois interpelados, o comandante lamentou que a justificativa para o pedido de recolhimento do aparelho se baseou, segundo informaram os explicadores, em “*denúncia anônima*”, a qual – conquanto deva ser sempre investigada principalmente quando envolver servidor público – seria facilmente verificada com uma simples visita à sede da Companhia para verificar se o *facsimile* estava lá – e ele sempre esteve.

Mas isso não prejudicou o relacionamento da Cia com as autoridades envolvidas, as instituições são intocadas e devem ser preservadas. O comandante não desrespeitou ninguém, apenas exigiu o tratamento que a própria lei garantia, na defesa da lisura de seu comando e da própria Corporação.

Um outro fato que merece destaque foi a realização, na cidade que tem nome de pedra preciosa orgânica, dura e geralmente esférica, produzida por alguns moluscos, como ostras e mexilhões, de Jogos Escolares, de âmbito regional, com a participação de centenas de alunos atletas.

Pois bem, nessa cidade de nome de pedra preciosa, existia uma rivalidade política (*não deveria existir*) entre o Prefeito e o sargento comandante do Destacamento da PM, e o comandante da Cia percebeu que os Jogos estavam se aproximando e a Prefeitura ainda não

havia se manifestado em relação à segurança necessária para o evento, que, por óbvio, deveria ser reforçada.

Dessa forma, o capitão oficiou de forma protocolada ao Prefeito, explicando a grandeza e a importância do Evento, a necessidade de reforço na segurança das crianças e dos adolescentes envolvidos e a inércia da Prefeitura na organização e na coordenação das ações de segurança necessárias, destacando que, se porventura a Administração Municipal não desejasse a participação da Polícia Militar, que se manifestasse formalmente, até mesmo para salvaguardar eventuais responsabilidades futuras em caso da ocorrência de acontecimentos não desejáveis. A organização e a coordenação da segurança dos Jogos envolveriam, naturalmente, a Prefeitura e a PM.

O ofício deu resultado e logo em seguida o Prefeito veio até o Comando da Cia para expor suas razões, a Prefeitura desejava e entendia indispensável à participação reforçada da PM na segurança dos Jogos, mas ele, Prefeito, não queria o sargento (*adversário político*) no comando das operações. Eita... eis aí um novo impasse a ser resolvido. O capitão, cedendo um pouco, propôs uma solução intermediária. Era óbvio que o sargento comandante do Destacamento iria continuar naquela condição – era um bom profissional e da confiança do comando da Cia, que não aceitava interferência de quem quer que fosse (*o sargento morava na cidade, tinha família, trabalhava bem e não iria ser penalizado por rivalidade política*). Todavia, ao mesmo tempo em que fez ver ao Prefeito que não iria afastar o sargento (*pelos mesmos motivos declinados quando do resultado do pleito eleitoral a outro Prefeito*), o capitão informou que poderia solicitar ao Batalhão a designação temporária de um aspirante, que, além do fato de ser um militar superior hierarquicamente, iria comandar e coordenar a segurança dos Jogos Escolares. O Prefeito concordou, o Evento transcorreu em normalidade, todos saíram satisfeitos, ninguém foi prejudicado e a autoridade policial militar foi mantida uma vez mais.

Dos ensinamentos colhidos pela vivência no interior

O capitão retornaria para a capital depois de cerca de dois anos e meio na cidade com nome de santo. Ele conta que a experiência foi gratificante, que pôde vivenciar de perto uma nova realidade de vida; em que pese a eventual instabilidade política, o povo daquele município sempre foi acolhedor e a comunidade participativa das questões que interessavam a todos.

Quando chegou na cidade, dias antes de assumir o comando, ficou surpreso ao receber visitas de gerentes bancários (3), todos convidando o Comandante para abrir conta, comerciantes se apresentando e se colocando à disposição etc. Quando foi passar o comando pouco mais de 2 anos depois, ele viu a mesma situação em relação agora ao novo Comandante, que, mesmo antes de assumir o comando, já recebia *loas* das mesmas pessoas. A vida é assim mesmo, segue em frente.

Foi lá, inclusive, que pela primeira vez observou alguns procedimentos de comércio diferenciados e até então dele desconhecidos, como a chamada *venda condicional*, frequente nas lojas de roupas, por exemplo, onde o cliente simplesmente levava a roupa escolhida para experimentar em casa (*algo inimaginável nos dias de hoje*), devolvendo intacta no dia seguinte se não gostasse e não fosse adquirir.

E foi lá também onde constatou que todos se conheciam, e sua filha e outras crianças podiam ir ao mercado comprar algum doce, colocando suas assinaturas ainda não tão firmes no comprovante da caixa registradora, que era guardado para pagamento posterior pelos pais. Isso se chamava *confiança*.

Da cidade com nome de santo ficaram muitas lembranças, em sua grande maioria boas, principalmente do espírito de corpo saudável e da camaradagem que era reinante, unindo os policiais militares que ali atuavam por aqueles dias.